

Populismo e antipopulismo na política brasileira: *Massas, Lógicas Políticas e Significantes em Disputa*

Sebastián Ronderos¹

Thomas Zicman de Barros²

Resumo: O objetivo do artigo é mostrar que o termo “populismo” se refere tanto a um conceito quanto a um significante presente na disputa política, e que essas dimensões se comunicam. Para tanto, analisamos discursos sobre o populismo no Brasil durante o quarto período republicano produzidos dentro e fora da academia. Argumentamos que as teorias que interpretavam o populismo a partir das noções de bonapartismo e massa emergem quando o termo já era utilizado na linguagem corrente – notadamente para se referir a Adhemar de Barros, seja de forma laudatória, seja de forma pejorativa. A desconstrução dessas interpretações nos aproxima da Teoria do Discurso da Escola de Essex, que compreende o populismo como uma lógica política opondo “nós” contra “eles” e que pode se ligar a diversas ideologias. Concluímos então que, no contexto brasileiro, o próprio discurso antipopulista reproduzia a lógica populista – utilizando o termo “populismo” para caracterizar negativamente seus adversários.

Palavras-chave: Populismo; Antipopulismo; Bonapartismo; Adhemar de Barros; Ernesto Laclau

¹ Doutorando, University of Essex, Centro de Ideologia e Análise do Discurso (CIDA), Colchester, Grã-Bretanha. E-mail: sr18778@essex.ac.uk

² Doutorando, Sciences Po, Centro de Estudos Políticos (CEVIPOF), Paris, França. E-mail: thomas.zicmandebarros@sciencespo.fr

Abstract: This article shows that the term “populism” refers to both a concept and a signifier present in the political dispute, and that these two dimensions intertwine. To this end, we analyze speeches about populism in Brazil during the fourth republican period, produced inside and outside the academic realm. We argue that the theories that interpreted populism from the notions of Bonapartism and mass emerge when the term was already used in everyday language - notably to refer to Adhemar de Barros, either in a laudatory or derogatory way. The deconstruction of these interpretations brings us closer to the Theory of Discourse of the Essex School, which understands populism as a political logic opposing “us” against “them” and which can be linked to various ideologies. We conclude that, in the Brazilian context, the anti-populist discourse itself has widely reproduced the populist logic - employing the term “populism” to characterize its opponents negatively.

Keywords: Populism; Anti-populism; Bonapartism; Adhemar de Barros; Ernesto Laclau

Introdução

O populismo é o termo da moda no mundo inteiro e também no Brasil. Isso se expressa no noticiário e na linguagem corrente, e se reflete na literatura acadêmica. Com foco nos primeiros usos e teorizações sobre o populismo no Brasil no quarto período republicano (1946-1964), nosso artigo pretende mostrar como essas duas esferas se entrelaçam, e como os estudos acadêmicos sobre o populismo deveriam se concentrar não apenas sobre o que é o populismo ou sobre quem são os populistas, mas talvez principalmente sobre como se empregava o termo “populismo” na disputa política. Para avançar esse argumento, buscamos romper o atual isolamento da literatura canônica brasileira sobre o populismo fazendo-a dialogar com uma promissora abordagem intelectual – a Teoria do Discurso da Escola de Essex. A Teoria do Discurso não trata do populismo apenas como um conceito político – no caso, como uma lógica política – mas também como um significante que é usado para dar sentido à nossa realidade (DE CLEEN; GLYNOS; MONDON, 2018; LACLAU, 2005). Não sendo possível marcar uma fronteira rígida entre discursos acadêmicos e não-acadêmicos, é preciso entender que os usos dos termos nessas duas esferas se entrelaçam e constituem nosso entendimento sobre o mundo (LACLAU, 1991, p. 1).

O artigo é dividido em dois momentos. Em primeiro lugar, retomamos os primeiros usos do termo populismo no léxico político brasileiro para mostrar que as primeiras interpretações acadêmicas sobre o fenômeno do populismo buscavam dar conta de um significante que já circulava na esfera pública, mas que carecia de formulação conceitual e rigidez teórica. Argumentando que os usos correntes do termo influenciaram a produção acadêmica, apresentamos dois dos mais importantes teóricos que pensaram o populismo no Brasil a partir de uma perspectiva que chamamos de “bonapartista” – Hélio Jaguaribe e Francisco Weffort. Num segundo momento, desenvolvemos uma crítica dessas teorizações à luz da Teoria do Discurso. Ao desconstruirmos alguns dos pressupostos comuns de Jaguaribe e Weffort, deixamos de entender o populismo como um fenômeno a ser pensado em termos de massa e classe, e defendemos que o populismo é acima de tudo uma lógica política. Essa abordagem, no entanto, nos permite voltar a estudar o populismo através de seus usos correntes e vê-lo também como um significante em disputa.

A “República Populista” e seus intelectuais

Quando a República era populista

As teorizações sobre o populismo no Brasil surgem quando o termo já estava na boca do povo, por assim dizer. Desde os últimos anos da década de 1940 e no raiar dos anos 1950, vê-se uma explosão do uso da palavra nos grandes jornais. Se podemos chamar o que ocorre atualmente ao redor do mundo de “hype populista”³ (GLYNOS; MONDON, 2019), não seria incorreto dizer que o Brasil viveu uma “hype populista” precoce no início do quarto período republicano.

Até esse momento, à exceção de duas incidências pontuais nos anos 1930, o termo “populismo” era peça ausente no léxico político brasileiro (DIÁRIO DA NOITE, 1934, p. 1). Os primeiros a introduzi-lo foram os antigos integralistas, liderados por Plínio Salgado. Em 1946, esses militantes de extrema-direita refundaram a antiga Ação Integralista Brasileira (AIB) com o nome de Partido da Representação Popular (PRP), e passaram a se referir a si mesmos como populistas, ou aqueles que estão ao lado do povo (O ESTADO DE S. PAULO, 1946, p. 3). Apesar da menor adesão às teses de Salgado no pós-guerra, é interessante notar que o termo “populista” era empregado nesse momento de forma positiva, ao contrário do que se veria mais recentemente.

O uso do termo ganha amplidão, no entanto, ao ser empregado para se referir a outras forças políticas. No contexto da pré-campanha eleitoral de 1949, antecedendo a disputa pela sucessão presidencial de 1950, setores da imprensa e importantes políticos começam a se referir a um perigo populista, encarnado em uma possível – e virtualmente imbatível – aliança entre o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) de Getúlio Vargas e o Partido Social Progressista (PSP) de Adhemar de Barros.

Temendo um possível retorno de Vargas ao poder, o presidente Eurico Gaspar Dutra tenta costurar uma aliança entre o Partido Social Democrático (PSD) e a União Democrática Nacional (UDN). Em uma reunião entre Dutra e o governador mineiro, Milton Campos, em 20 de março de 1949, o presidente da República esboça o que ficaria conhecido como “Esquema de Petrópolis” – uma

³ O termo “hype”, de difícil tradução em português, tem suas origens na palavra hipérbole. Se refere a um estardalhaço, e mais especificamente a um bombardeio midiático exagerado ou a um circo midiático em relação a algum tema.

tabela de duas colunas, na qual se listava, de um lado, as forças “democrático-conservadoras” (PSD, UDN e PR), e de outro os grupos “populistas” (PTB, PSP e PCB), descritos como “hostis aos regime” (DIÁRIO DA NOITE, 1949a, p. 1). Poucos dias depois, o presidente daria entrevista associando o populismo à demagogia. Em suas palavras: “o ‘populista’ designa a demagogia que se faz ao proletariado para lhe conquistar as simpatias, e sem outros objetivos que não sejam o desta simples caça de votos” (O CRUZEIRO, 1949, p. 13–19).

São muitos os pormenores dessa pré-campanha, que ao final não lograria coligar PSD e UDN. De toda forma, pode-se dizer que a fronteira traçada por Dutra, num antagonismo entre democrático-conservadores e populistas demagógicos, é um primeiro marco para o uso disseminado do termo “populismo”. Apesar de Dutra afirmar que seria possível atrair os “elementos sadios” entre os populistas, é a partir do “Esquema de Petrópolis” que os “populistas” passam a ser atacados enquanto tal, acusados de serem “o tubarão que vive a explorar a miséria dos desgraçados” (A MANHÃ, 1949, p. 9).

Como já se argumentou em estudos recentes – e como veremos novamente mais à frente –, por diversas vezes o discurso antipopulista é central na constituição do discurso populista (STAVRAKAKIS et al., 2017, p. 12). Parece haver pouca dúvida sobre isso no caso brasileiro.

De fato, em astuto movimento, Adhemar de Barros resolve tomar o termo “populista” para si, atribuindo a ele um caráter positivo. Rejeitando a distinção entre democratas e populistas, Adhemar de Barros afirma que é democrata exatamente por ser populista, e que seus adversários, ao contrário, seriam “políticos que vivem de política”, “homens poderosos a serviço de interesses poderosíssimos” em busca de “dividir artificialmente o país”. Em seu programa semanal na Rádio Bandeirantes, em 12 de maio de 1949, ele diz:

[...] somos populistas, que é ser democrata no mais nobre e no mais moderno sentido da palavra democrata. Ser populista, para nós, é dar à função social do Estado uma amplitude que não teve até agora. É governar dando oportunidade a todos e procurando elevar cada um, de acordo com as suas possibilidades, porém amparando, a cada um, de acordo com as suas necessidades. Para nós, isso é ser populista (DIÁRIO DA NOITE, 1949b, p. 1–2).

Adhemar de Barros não apenas tentou puxar para si o significante flutuante “democrata”, como visto na passagem acima, mas também buscou atribuir a seus

detratores o rótulo de demagogos. Repercutindo a fala do governador paulista, um importante jornalista afirmava:

[O populismo] é, ou será, um movimento de mangas de camisas, de visitas domingueiras ao eleitor desamparado do interior, de engenheiros abrindo estradas e arquitetos levantando modernos hospitais com centenas de leitos. Populismo, enfim, é política a serviço direto do povo, sem nenhum traço de demagogia. O governador demonstra um terrível horror à falsa demagogia, aquela que, segundo informa, está sendo usada pelos chamados democratas, pelo grupo que pretende cercar o populismo a arame farpado, pôr de joelhos os seus chefes e exterminá-los (O JORNAL, 1949a, p. 3).

A estratégia discursiva parece ter surtido efeito. Nas eleições de 1950, PTB e PSP marchariam e triunfariam juntos em uma autointitulada “Frente Populista”. É claro que o movimento de Adhemar de Barros não impediu que seus adversários prosseguissem com os usos injuriosos do termo “populismo”. Mesmo depois do escrutínio, os populistas ainda eram violentamente descritos nos maiores veículos de imprensa como “*trapaceiros da pior espécie*” e “*nova fauna de roedores infatigáveis, comendo as suas vítimas do corpo às vísceras, deixando-lhes por misericórdia apenas a carcaça*” (O ESTADO DE S. PAULO, 1950, p. 15). No entanto, a postura do governador paulista, que continuaria a se referir a si mesmo como populista até o fim da vida, mostra que a definição da palavra não estava dada.

36

Teorias “bonapartistas” do populismo

Não é por acaso que a primeira teorização sobre o populismo no Brasil foi produzida alguns anos após o início da precoce “hype populista” brasileira. Publicado em 1954, o inescapável trabalho de Hélio Jaguaribe sobre o tema buscava dar conta precisamente do fenômeno do ademarismo. A influência do discurso não acadêmico fica clara quando Jaguaribe diz que “a classificação que convém [ao ademarismo] já tem sido inúmeras vezes utilizada na linguagem corrente” (JAGUARIBE, 1954, p. 291). Para ele, portanto, “o ademarismo é um populismo”, e de tipo reacionário (JAGUARIBE, 1954, p. 291).

Passando do discurso corrente para uma teorização acadêmica sobre o populismo, Jaguaribe dirá que esse tipo de movimento pode emergir na presença de três condições: uma classe operária massificada, uma classe dirigente que perdeu “sua aptidão para dirigir o processo social com um mínimo de eficácia”, e a conseqüente emergência de um líder carismático “carregado de um especial

apelo às massas, apto a mobilizá-las politicamente para a conquista do poder” (JAGUARIBE, 1954, p. 294–295).

No Brasil, ele acredita que a massificação era devido à forma como o processo de urbanização se deu, com as principais cidades recebendo grandes influxos migratórios vindos do campo, trazendo trabalhadores com um nível muito inferior de organização política quando comparado aos operários tradicionais. A fraqueza da classe dirigente se explicaria pela substituição dos latifundiários por grupos especuladores, e não pelo capital industrial (JAGUARIBE, 1954, p. 298–299). Finalmente, Adhemar de Barros surge para ocupar a função de líder carismático – mas sua liderança é conjuntural, já que para Jaguaribe, outras figuras – como Hugo Borghi – poderiam ter exercido esse papel (JAGUARIBE, 1954, p. 301–302).

Com seu ensaio seminal, Jaguaribe inaugurou o que podemos chamar de teorias “bonapartistas” do populismo. Apesar de suas diferenças, seu mais conhecido seguidor nessa corrente foi Francisco Weffort. Mesmo escrevendo muito mais tarde e em outro contexto, o diagnóstico de Weffort sobre o populismo é muito próximo do de Jaguaribe. No entanto, se Jaguaribe faz constantes críticas aos “marxistas”, como se fossem incapazes de compreender o populismo (JAGUARIBE, 1954, p. 291, 298), Weffort mostrará que estão em Marx as categorias usadas para se entender tal fenômeno – principalmente na crítica do bonapartismo elaborada em *O Dezoito de Brumário de Louis Bonaparte* (1852). Nesse trabalho, a noção de massa, presente em Karl Marx desde suas obras ditas de “juventude” em parceria com Friedrich Engels, como *A Sagrada Família* (MARX; ENGELS, 1845, p. 95), é progressivamente oposta àquela de classe. Ao contrário da classe, que se organiza autonomamente, a massa é entendida como desorganizada, como um “conglomerado multitudinário de indivíduos” (JAGUARIBE, 1954, p. 292).

Descrevendo as condições para o surgimento do bonapartismo, Marx afirma que o proletariado francês estaria enfraquecido após sucessivas derrotas, mas que a burguesia teria chegado ao limite de seu modo de dominação (MARX, 1852, p. 34–35, 62). Segundo Marx, em um momento de equilíbrio de forças entre as duas classes orgânicas fundamentais do capitalismo – o proletariado e a burguesia – o chefe bonapartista conseguiria certa autonomia da esfera política em relação aos interesses econômicos, arbitrando entre eles (WEFFORT, 1965a, p. 55). Para tanto, o mando do líder carismático se sustentaria sobre um grupo

social “inorgânico”: o campesinato (MARX, 1852, p. 12; LACLAU, 2005, p. 145). Por ser disperso, o campesinato seria incapaz de se organizar como classe *para-si* (MARX, 1852, p. 142–143, ver também 1847, p. 159). Lhe faltaria consciência de classe, o que o caracterizaria como massa (WEFFORT, 1965b, p. 29). Sem se organizar autonomamente, “de baixo para cima”, os camponeses estariam sujeitos a serem organizados “de cima para baixo”, segundo o gosto do líder bonapartista (ver também WEFFORT, 1967, p. 74).

Weffort sabe que o Brasil no quarto período republicano não era idêntico à França bonapartista. O Brasil era um país de economia dependente, no qual a fraqueza relativa da burguesia era produto da crise causada pelas contradições da transição de uma economia agrícola para uma economia industrial (WEFFORT, 1965a, p. 58–59). Da mesma forma, o setor massificado não seria o mesmo nos dois lados do Atlântico. No entanto, o quadro geral não deixa de ser análogo. No final das contas, Weffort nos convida a pensar que da mesma forma como o bonapartista manipula a massa do campesinato, o líder populista – seja ele Adhemar, Getúlio ou qualquer outro – encontraria na nova massa urbana a uma base eleitoral para manipular sem intermediários (WEFFORT, 1965b, p. 28–29, 1967, p. 79).

Efetivamente, em todas as suas expressões a distinção entre massa e classe repousa sobre uma noção de manipulação. No entanto, vale ressaltar que Weffort – ao contrário de Jaguaribe – vê um pequeno potencial emancipador no populismo (WEFFORT, 1967, p. 71, 84–85). A massa, para Weffort, não seria apenas passiva (WEFFORT, 1967, p. 75). Haveria por trás da massa um resquício de classe, de forma a exercer algum tipo de pressão sobre o líder (WEFFORT, 1965a, p. 60–61). Com efeito, se por um lado o líder populista manipula, por outro lado ele cede algo, obtém conquistas tangíveis para os trabalhadores, sendo “a principal forma de expressão política” das reivindicações de setores populares (WEFFORT, 1967, p. 71). Não obstante, os aspectos negativos do populismo são sempre os mais acentuados. Em certa medida, as conquistas para os trabalhadores não são nada senão migalhas dadas para sustentar quem está no poder.

Apesar de mais de meio século ter se passado desde que as seminais contribuições de Jaguaribe e Weffort foram feitas, sua influência segue presente por exemplo na relevante obra de André Singer sobre o lulismo (SINGER, 2012, p. 33, 42).

Movimentos de massa e lógicas políticas

Desconstruindo o populismo “bonapartista”

Apesar do válido esforço para se entender fenômenos populistas brasileiros durante o quarto período republicano, há dois problemas constitutivos e relacionados nas teorias “bonapartistas” do populismo. Em primeiro lugar, elas aceitam implicitamente o entendimento marxista clássico de ideologia como falsa consciência. Em segundo lugar, elas se baseiam numa distinção entre massa e classe que, na melhor das hipóteses, é mais borrada do que se sugere.

No que diz respeito à ideologia poderíamos dizer que a tradição marxista se sustenta em dois pilares. O primeiro pilar é expresso no prefácio de *Contribuição à Crítica da Economia Política* (1859) na distinção entre estrutura e superestrutura. Nesse momento, Marx vê a estrutura como totalidade inteligível, como uma base material cuja dinâmica podemos descobrir, e que determina as relações políticas (MARX, 1859, p. 5). A ideologia é, portanto, um subproduto das relações materiais. O segundo pilar é o entendimento de ideologia como falsa consciência. Como toda subjetividade carrega uma última essência objetiva, o não-reconhecimento dessa realidade é visto como uma distorção de caráter ideológico – mais uma ideia presente nos textos de “juventude” de Marx e Engels, como *A Ideologia Alemã* (MARX; ENGELS, 1846).

É essa ideia de falsa consciência que implícita ou explicitamente serve de base para a interpretação do populismo como forma de manipulação. Nessa abordagem, o antagonismo de classes, assentado sobre as relações materiais de produção, se estabelece como sendo a verdadeira força motriz da sociedade. Qualquer outra forma de conflito político que não possa ser reduzido à luta de classes em última instância é vista como ideológica. A distinção de massa e classe parece supor, implicitamente, que uma idealizada organização autônoma dos trabalhadores produziria tal verdadeira consciência de classe.

Com efeito, a noção de falsa consciência idealiza uma classe social – o proletariado – como único sujeito político maduro. A massa, por contraste, é tutelada. O problema é que a distinção entre classe e massa na qual Jaguaribe e Weffort acabam por se basear não é suficientemente clara. A fronteira que define uma organização “de cima para baixo” e “de baixo para cima” é turva, para dizer o mínimo.

Em seu ensaio sobre a autoridade, Alexandre Kojève nos conta como a liderança vertical pode surgir a partir da relação entre iguais, à primeira vista horizontal. Usando o exemplo prosaico de um grupo de meninos que se reúne para brincar, Kojève relata como um deles, ao imaginar e sugerir que todos decidam roubar goiaba na roça do vizinho, converte-se em líder do bando. Ele assume essa posição, diz Kojève, “porque ele viu mais longe, foi o único a conceber um projeto, enquanto os demais não puderam ultrapassar o nível dos dados imediatos” (KOJÈVE, 1942, p. 74).

Se um proletário, na linha de produção, é capaz de ver mais longe, convoca os demais a entrar em greve e se converte em líder dos operários de uma fábrica, em que tal organização se distinguiria de uma estrutura organizada “de cima para baixo”? Em outros termos, como distinguir o que é “espontâneo” ou “autônomo” do que é comandado? Ademais, o que garante que tal liderança nascida do primeiro entre iguais será mais emancipadora do que, por exemplo, aquela de um grupo de intelectuais que desde fora introjeta um projeto político entre os operários – como Lênin entendia ser necessário (LÊNIN, 1902, p. 135)? Mesmo no caso de uma hipotética estrutura sem líderes, subsiste a pergunta: o que garante que o discurso que emergirá expressará corretamente determinada consciência de classe?

Em uma leitura próxima a essa, já em 1977, Ernesto Laclau notava que a forma como uma classe se organiza politicamente não é resultado espontâneo de sua posição na estrutura de produção, e apontava as inconsistências de uma noção de ideologia como falsa consciência. Laclau define “classes como os polos de relações de produção antagônicas que não têm nenhuma forma necessária de existência nos níveis ideológico e político” (LACLAU, 1977, p. 159). Portanto, sua composição não é fruto espontâneo de uma base econômica objetiva, mas é resultado de processos de articulação discursiva (LACLAU, 1977, p. 161, ver também 2001, p. 3). Dessa forma, poderíamos dizer que na política nunca estamos lidando com classes, cuja organização política emergiria de forma imanente e determinista, mas sempre com massas que podem se articular das maneiras mais diversas.

De fato, no desenrolar de suas obras, Laclau abandona o conceito de classe tão central em Jaguaribe e Weffort. Em seu lugar, o que ganha centralidade é a categoria de discurso (LACLAU; MOUFFE, 1985, p. 105; ver também LACLAU,

2006, p. 647). Para Laclau, tudo o que tem significado é discursivo – seja uma palavra escrita, uma expressão falada, um gesto ou uma imagem (LACLAU; MOUFFE, 1987, p. 82–84). Discursos são construções que articulam esses elementos. Essas construções são ditas contingentes porque não têm bases sólidas – por mais rígidos que pareçam, os discursos estão abertos a novas rearticulações que os transformem. Assim, ao contrário do marxismo que pensa as relações sociais como derivadas de relações materiais que se expressam na luta de classes, a Teoria do Discurso entende que os antagonismos são construções contingentes, e que a ordem simbólica está sempre suscetível – e irredutivelmente condenada – a ser disputada e rearticulada (MARCHART, 2018, p. 20–23).

A partir de Laclau, podemos entender que o populismo, longe de ser visto como manipulação, deve ser visto como uma lógica política específica que organiza discursivamente as forças políticas de certa maneira – no caso, em uma frente ampla articulada ao redor do significante “povo” em oposição à seus adversários (LACLAU, 2005, p. 117). Consequentemente, o populismo “começa no ponto em que os elementos democrático-populares são apresentados como uma opção antagonica contra a ideologia do bloco dominante” (LACLAU, 1977, p. 173).

Apesar de seus problemas, contudo, as referências ao bonapartismo são produtivas se revistos alguns de seus pressupostos. Se abandonarmos a ideia de falsa consciência e a borrada distinção entre massa e classe, aprendemos algo não apenas sobre o populismo, mas sobre a política em geral. Com a noção de discurso, estabelecemos que toda identidade política é discursivamente construída e, portanto, contingente. Dessa forma, em certa medida não apenas todo líder, mas toda organização política – mesmo as mais “horizontais”, “imanescentes” e “espontâneas” – tem um quê de “populista” ou “bonapartista” (ver também LACLAU, 2005, p. 225). Toda iniciativa política pressupõe organizar discursivamente um real que por si só carece de organização, construindo uma identidade popular.

Populismo: lógica política e significante em disputa

A desconstrução das visões “bonapartistas” do populismo nos permite uma aproximação com Laclau, para quem o populismo é uma lógica política baseada na oposição entre o povo e seus adversários, de forma que em certa medida todo movimento político tem algo de populista. Veremos agora como essa abordagem

nos permite mostrar como o populismo é ao mesmo tempo um conceito e um significante (DE CLEEN; GLYNOS; MONDON, 2018, p. 3) – o que nos ensina algo sobre o populismo brasileiro no quarto período republicano.

A ideia de populismo como uma lógica política pode em muitos casos se combinar com o que em psicanálise se chama de fantasia. A fantasia, segundo o psicanalista francês Jacques Lacan, é um instrumento utilizado para que o sujeito dê conta de uma divisão constitutiva que o marca – ou de um deslocamento, como diria Laclau (LACLAU, 1990, p. 31). Ao contrário de perspectivas objetivistas nas Ciências Sociais e do marxismo clássico que pensam o sujeito como tendo uma identidade positiva, e que portanto sabe quem é e o que quer, a Teoria do Discurso apresenta um sujeito que deseja precisamente uma identidade capaz de lhe garantir uma experiência de plenitude próxima ao que Sigmund Freud discutia sob o nome de “sentimento oceânico” (FREUD, 1930, p. 15, ver também GLYNOS; STAVRAKAKIS, 2008, p. 260). O problema irresolúvel com o qual o sujeito se confronta é que não existe algo como uma identidade positiva. Ferdinand de Saussure já notara como a linguagem é um sistema de diferenças entre valores relacionais (SAUSSURE, 1916). Em outras palavras, só podemos nos entender como um “nós” na medida em que houver algo diferente de “nós” – no caso, outros. Toda identificação é fruto de uma relação negativa, pois se estabelece na diferença com os outros.

A relação com os outros pode ter diversas configurações, com maior ou menor fragmentação do campo político (LACLAU, 2005, p. 81–82). Para Laclau, a lógica política do populismo envolveria uma configuração específica na qual o campo político é dividido por uma única fronteira antagônica opondo “nós” contra “eles” (LACLAU, 2005, p. 130). No entanto, se a lógica populista tem um apelo especial é porque muitas vezes ela invoca pelo menos dois tipos de fantasias. Para que esse “nós” contra “eles” se estabeleça, é preciso que os termos dessa relação sejam nomeados (MARCHART, 2007, p. 5). O primeiro tipo de fantasia pode emergir precisamente na nomeação do “nós”. Laclau entende que uma identidade popular só se estabelece quando uma série de sujeitos portadores de diversas demandas insatisfeitas se identifica e se organiza ao redor de um mesmo símbolo – símbolo esse que ele nomeia significante vazio (LACLAU, 2005, p. 95–96). O significante vazio não é apenas uma construção linguística, mas se refere a uma “plenitude ausente” (LACLAU, 2005, p. 94). Assim, a depender

de sua configuração, ele pode prometer uma resposta fantasmática para a divisão constitutiva do sujeito. Nesse caso, o significante vazio invoca um ator político – por exemplo, o “povo” – destinado a restaurar uma soberania ou grandeza perdida (STAVRAKAKIS, 2017, p. 539). Consequentemente, o desejo passa a ser sustentado pela fantasia na construção intelectual de projetos políticos que prometem realizar a impossível tarefa de superar a divisão subjetiva e alcançar uma identidade positiva.

Ocorre que a fantasia não reside apenas na promessa de plenitude do “nós”. O segundo tipo de fantasia pode surgir na nomeação do “eles”, associando o outro antagonista à aterrorizante imagem de um “ladrão de gozo” (LACLAU, 2004, p. 300; ŽIŽEK, 1993, p. 201–202). O antagonista aparece aqui como o responsável pela nossa aflição, como aquele que explica a não-realização das promessas da fantasia de plenitude do “nós”. Esta é a função, por exemplo, do judeu num discurso sustentado na fantasia de uma raça pura. A consolidação da pureza em uma raça é certamente uma fantasia imaterializável. No entanto, a ideia de um outro que impede tal fantasia de se consolidar é também o que a sustenta. Essa lógica foi bem interpretada por Sartre quando falou que “se o judeu não existisse, o antissemita o inventaria” (SARTRE, 1946, p. 8), já que precisa dele para sustentar a fantasia de pureza que em última análise cimenta o antissemitismo.

Seguindo Freud, podemos então dizer que a lógica populista quando combinada com as mais diversas formas de fantasia é constituída pela simplificação das fronteiras antagônicas entre um oprimido – o “povo” – e seu outro – “elite”, “casta”, “colonizador”, etc. – em que se exterioriza a divisão subjetiva, atribuindo ao outro a causa de nossa angústia (FREUD, 1930, p. 16–19).

É fato curioso, porém, que uma variedade sem fim de significantes pode ser usada para se referir ao “povo” e o seu “outro”, associando a eles os significados mais diversos em termos ideológicos. Por se tratar de uma reflexão de ordem ontológica, a teoria de Laclau deixa livre o espaço para as variações ônticas na composição do campo político.

Assim sendo, a lógica e as fantasias populistas não se restringem apenas aos políticos usualmente rotulados com populistas. Se é claro que Adhemar de Barros tentava dividir o campo político entre “populistas” e políticos tradicionais, o apelo ao antagonismo não lhe era exclusivo – e, a rigor, não começou pelas suas

mãos. Em certa medida, quando Dutra literalmente traçou uma linha separando forças “democrático-conservadoras” e os “populistas”, abrindo espaço para ataques sistemáticos e viscerais a seus inimigos, não estava ele apelando à mesma lógica e a fantasias análogas?

É interessante notar, portanto, que além de designar uma lógica política a palavra “populismo” frequentemente serve como um significante central utilizado na disputa política. O populismo além de ser uma lógica formal inerente a qualquer processo político na construção de uma identidade popular, tem paralelamente servido como um meio com significações positivas – como nas alocações de Adhemar de Barros – e negativas – como explícito no “Esquema de Petrópolis” – para disputar e estruturar os antagonismos do campo político. Em outras palavras, o populismo é um conceito, mas também um significante.

Glynos e Mondon apontam corretamente a dimensão aterrorizante do ladrão de gozo nas respostas “sensacionalistas” à ascensão do populismo, nas quais os políticos ditos populistas são descritos como uma ameaça à própria democracia (GLYNOS; MONDON, 2019, p. 89). A lógica da fantasia por trás do “hype populista” identifica o populismo como principal elemento obstruindo por uma democracia plena a ser desfrutada. Nesse processo, se anima um desejo que, em última análise, sustenta fantasias inatingíveis. Apesar de Glynos e Mondon estarem se referindo a movimentos contemporâneos, nos parece claro que a mesma dinâmica vigorava nos anos 1950.

Curiosamente, o político Alberto Pasqualini, considerado o ideólogo do PTB, não estava muito longe de nosso argumento quando, ao ser questionado sobre o que significava populismo, afirmou:

[...] tenho a impressão de que o termo populismo está sendo empregado como um rótulo político pejorativo. Atrás dele, enxergam adversários políticos que se pretende combater, não propriamente ideais com as quais se está em oposição (O JORNAL, 1949b, p. 8).

Pasqualini captou corretamente que o termo “populismo” entrava no léxico político brasileiro não apenas como um conceito, mas principalmente como um significante em disputa. Com esse entendimento, nos parece que o estudo dos padrões discursivos ligados ao populismo como significante é tão imperativo quanto o esforço por estabelecer o populismo como um conceito produtivo para a análise política.

Conclusão

Nosso artigo se dividiu em dois momentos. Primeiramente, procuramos relacionar dois conjuntos de discursos sobre o populismo no contexto do quarto período republicano brasileiro. O primeiro conjunto reúne os diversos usos não acadêmicos – tanto positivos quanto pejorativos – que o termo “populismo” encontrou como significante central na estruturação de antagonismos políticos durante a primeira “hype populista” brasileira. O segundo conjunto compreende as formulações acadêmicas sobre o populismo desenvolvidas nos trabalhos de Hélio Jaguaribe e Francisco Weffort, baseados na ideia de falsa consciência e na distinção entre classe e massa. Argumentou-se que as primeiras teorizações “bonapartistas” sobre o tema no país foram fruto do uso corrente desse significante entre os atores políticos, mostrando como discursos acadêmicos e não acadêmicos interagem.

Num segundo momento, em um esforço para relacionar a literatura brasileira com a literatura estrangeira sobre o populismo, uma análise crítica dessas primeiras teorizações “bonapartistas” nos aproximou da Teoria do Discurso da Escola de Essex. Ao problematizar a noção de classe como constitutiva da política como tal, entendemos o populismo como uma maneira de estruturar o campo político. O populismo se basearia na criação discursiva do “povo” como um ator político em oposição a um antagonista. Ocorre que, ao passarmos a ver o populismo como uma lógica política, começamos a entender que a lógica populista e as fantasias que a ela às vezes se associam podem estar ligadas aos mais diversos conteúdos ideológicos. Mais do que isso, compreendemos que, mais do que um conceito, o significante “populista” em si mesmo se torna objeto da disputa política. Assim, voltando aos usos do termo no quarto período republicano, mostramos que a lógica populista estaria tão ou mais presente no discurso antipopulista – que constrói o perigo “populista” como antagonista – quanto entre os atores aos quais normalmente se reservava essa alcunha.

Fica claro, portanto, que tanto no quarto período republicano brasileiro quanto nos movimentos políticos contemporâneos, o populismo deve ser estudado para além da simples ascensão de atores políticos ditos “populistas”. É necessário investigar o crescimento do discurso sobre o populismo, e a relação entre as dinâmicas do debate público com as discussões desenvolvidas no campo acadêmico.

Referências

DE CLEEN, B.; GLYNOS, J.; MONDON, A. Critical research on populism: Nine rules of engagement. *Organization*, v. 25, n. 5, p. 649–661, 2018. DOI: 10.1177/1350508418768053.

FREUD, S. O Mal-Estar na Civilização. In: *O Mal-Estar na Civilização, Novas Conferências Introdutórias à Psicanálise e outros textos (1930-1936)*. Obras Completas. São Paulo: Companhia das Letras, 1930 [2010].

GLYNOS, J.; MONDON, A. The political logic of populist hype: The case of right-wing populism's 'meteoric rise' and its relation to the status quo. In: COS-SARINI, P.; VALLESPÍN, F. (Eds.). *Populism and passions: democratic legitimacy after austerity*. Routledge advances in democratic theory. New York: Routledge, 2019.

GLYNOS, J.; STAVRAKAKIS, Y. Lacan and Political Subjectivity: Fantasy and Enjoyment in Psychoanalysis and Political Theory. *Subjectivity*, v. 24, n. 1, p. 256–274, 2008. DOI: 10.1057/sub.2008.23.

JAGUARIBE, H. Que é ademarismo? In: *Estudos Filosóficos e Políticos*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1954 [2013]. p. 287–304.

KOJÈVE, A. *La notion de l'autorité*. Paris: Gallimard, 1942 [2004].

LACLAU, E. *Politics and Ideology in Marxist Theory: Capitalism, Fascism, Populism*. London: NLB, 1977.

LACLAU, E. *New Reflections on the Revolution of Our Time*. London: Verso, 1990.

LACLAU, E. *Intellectual Strategies: Memorandum to PhD Students in the IDA Programme*. University of Essex, 1991. Disponível em: <https://tinyurl.com/laclau-phd-recommendations>.

LACLAU, E. Can Immanence Explain Social Struggles? *Diacritics*, v. 31, n. 4, p. 3–10, 2001. DOI: 10.1353/dia.2004.0008.

LACLAU, E. Glimpsing the Future. In: CRITCHLEY, S.; MARCHART, O. (Eds.). *Laclau: a critical reader*. London: Routledge, 2004. p. 279–328.

LACLAU, E. *On Populist Reason*. London: Verso, 2005.

LACLAU, E. Why Constructing a People Is the Main Task of Radical Politics. *Critical Inquiry*, v. 32, n. 4, p. 646–680, 2006. DOI: 10.1086/508086.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. *Hegemony and Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics*. 2. ed. London: Verso, 1985 [2001].

LACLAU, E.; MOUFFE, C. Post-Marxism Without Apologies. *New Left Review*, n. 166, p. 79–106, 1987.

LÊNIN, V. *Que fazer?* São Paulo: Martins Fontes, 1902 [2006].

MARCHART, O. In the Name of the People: Populist Reason and the Subject of the Political. *Diacritics*, v. 35, n. 3, p. 3–19, 2007. DOI: 10.1353/dia.2007.0021.

MARCHART, O. *Thinking Antagonism: Political Ontology After Laclau*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2018.

MARX, K. *O Dezoito de Brumário de Louis Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 1852 [2011].

MARX, K. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo: Martins Fontes, 1959 [2003].

MARX, K. *Miséria da Filosofia*. São Paulo: Boitempo, 1847 [2017].

MARX, K.; ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 1846 [2007].

MARX, K.; ENGELS, F. *A Sagrada Família*. São Paulo: Boitempo, 1845 [2009].

SARTRE, J.-P. *Réflexions sur la question juive*. Paris: Gallimard, 1946 [1985].

SAUSSURE, F. *Cours de linguistique générale*. Paris: Payot, 1916 [1995].

SINGER, A. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

STAVRAKAKIS, Y. Populism and Hegemony. In: ROVIRA KALTWASSER, C. et al. (Eds.). *The Oxford Handbook of Populism*. Oxford: Oxford University Press, 2017. p. 535–553.

STAVRAKAKIS, Y. et al. Populism, anti-populism and crisis. *Contemporary Political Theory*, 2017. DOI: 10.1057/s41296-017-0142-y.

WEFFORT, F. Estado e massas no Brasil. In: *O populismo na política brasileira*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1965a [2003]. p. 49–65.

WEFFORT, F. Política de massas. In: *O populismo na política brasileira*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1965b [2003]. p. 13–47.

WEFFORT, F. O populismo na política brasileira. In: *O populismo na política brasileira*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967 [2003]. p. 69–89.

ŽIŽEK, S. *Tarrying with the Negative: Kant, Hegel, and the Critique of Ideology*. Durham: Duke University Press, 1993.

Jornais

A Manhã. Máscara para Esconder a Verdadeira Face, p. 9, 8 maio 1949. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/116408/42786>.

Diário da Noite. A Situação Política no Rio Grande do Norte, p. 1, 14 ago. 1934, 2. ed. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/221961_01/18912.

Diário da Noite. Reconstituição da Histórica Palestra Milton Campos-Dutra no Salão de Despachos do Rio Negro, p. 1, 21 mar. 1949a. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/221961_02/50101; http://memoria.bn.br/docreader/221961_02/50106.

Diário da Noite. Ademar Denuncia Uma Terceira Ofensiva Contra São Paulo, p. 1–2, 13 maio 1949b. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/221961_02/51146.

O Cruzeiro. O Cidadão Eurico Dutra, p. 13–19, 26 mar. 1949. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/003581/63585>.

O Estado de S. Paulo. Partido da Representação Popular, p. 3, 26 out. 1946. Disponível em: <https://tinyurl.com/estadao-19461026>.

48

O Estado de S. Paulo. Elites e Populismo, p. 15, 14 nov. 1950. Disponível em: <http://tinyurl.com/estadao-19501114>.

O Jornal. Ademar Desfecha Campanha Populista, p. 3, 14 maio 1949a. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/110523_04/48980.

O Jornal. Quase Certa a Candidatura Vargas, p. 8, 1 jun. 1949b. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/110523_04/49277.